

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.253.982 - RS (2018/0043244-9)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADOS : IGOR HAMILTON MENDES - RS061815
FABRICIO ZIR BOTHOME E OUTRO(S) - RS044277
NADINE MARCELA WAGNER LUCCA - RS068886
AGRAVADO : DARIO SOARES RODRIGUES
AGRAVADO : JOAO SILVANO PIRES
AGRAVADO : LEONY COUTO DA SILVA
AGRAVADO : MANSUR POSSIDIN DE AZEVEDO
AGRAVADO : MARIA DA GRACA LUZ DOS SANTOS
AGRAVADO : MARIA LUIZA PEREIRA LINDEMAYER
AGRAVADO : MARINO REIS DE OLIVEIRA
AGRAVADO : NEI ALCIDES GUIMARÃES
AGRAVADO : ONIRA WEBER SOARES
AGRAVADO : PAULO ROBERTO RODRIGUES PORTELLA
ADVOGADOS : NORBERTO BARUFFALDI E OUTRO(S) - RS007983
SEBASTIÃO VENTURA PEREIRA DA PAIXÃO JÚNIOR - RS058450

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, “a”, da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUXÍLIO CESTA-ALIMENTAÇÃO. RECÁLCULO DO SALÁRIO REAL DE BENEFÍCIO. MATÉRIA NÃO VENTILADA NA FASE DE CONHECIMENTO.

Agravo desprovido." (fls. 1539)

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a ora agravante aponta violação aos arts. 141, 492, 502 e 503 do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese, a ocorrência de violação à coisa julgada.

Apresentadas contrarrazões às fls. 1613-1621.

É o relatório.

Da análise dos autos, verifica-se que o c. Tribunal local afastou a possibilidade de recálculo do salário real de benefício, para pagamento do benefício denominado auxílio cesta-alimentação, por entender que não seria viável aplicar-se essa forma de cálculo na via executiva, sob pena de ofensa à coisa julgada, pois a *"a decisão transitada em julgado condenou ao pagamento das rubricas postuladas sem qualquer restrição ou determinação de proporcionalidade ou de algum percentual"* (fl.1542).

Desta forma, não há como afastar as conclusões do v. aresto recorrido, na medida em que, em sede de execução, efetivamente devem ser mantidos os critérios de cálculo da indenização definidos pela decisão exequenda, em obediência à coisa julgada. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. PROVENTOS DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS. CRITÉRIOS DIVERSOS DOS ESTABELECIDOS NO TÍTULO. SÚMULA 7/STJ. ARTS. 535 CPC/1973 E 1022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURADA.

1. Não configura violação ao art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial, circunstância que afasta a negativa de prestação jurisdicional.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ).

3. Na fase de cumprimento de sentença, não se admite a rediscussão das matérias decididas no título judicial, sob penas de violação à coisa julgada.

*4. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 1050442/RS, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 26/04/2019)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator